

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ

CNPJ 59.983.320.0001-51

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31/12/2017
(EM R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita Operacional Bruta		
Repasse governamentais	RS 63.367.568,46	RS 53.362.117,00
Permissões de uso	RS 9.938.600,91	RS 9.159.556,00
Fiscalizações	RS 1.620.223,67	
Deduções	-RS 153.252,25	-RS 174.157,00
RECEITA LÍQUIDA	RS 74.773.140,79	RS 62.347.516,00
Custo dos bens e serviços fornecidos	-RS 61.431.231,72	-RS 38.027.913,00
RESULTADO BRUTO	RS 13.341.909,07	RS 24.319.603,00
Despesas Administrativas	-RS 20.429.218,79	-RS 31.276.318,00
Reversão de provisões	RS 7.286.194,24	-RS 2.909.506,00
Perdas	-RS 318,21	
Receitas financeiras	RS 534.840,36	RS 212.762,00
Outras receitas	RS 1.623.296,00	RS 18.994.707,00
Despesas financeiras	-RS 1.189.369,00	-RS 563.754,00
Resultado do período / exercício	RS 1.167.333,67	RS 8.777.494,00
EBTIDA =	RS 2.891.543,03	RS 8.000.978,00

Em: 31/12/2018

Reinaldo Messias da Silva - Superintendente

Denise Baradel Carramaschi - Diretora Administrativa Financeira

Jose Ary Garcia de Lima - Contador - CRC 1SP121339

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ

CNPJ 59.983.320.0001-51

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(EMR\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	RS	1.167.333,67
Ajustes - PERDAS baixa ativo imobilizado	RS	318,21
Depreciação e amortização	RS	831.672,71
Resultado líquido ajustado (origens)	R\$	1.999.324,59
Aumento/ redução nos ativos operacionais		
Contas a receber prefeitura (aplicações)	-RS	83.426,55
Contas a receber mercado (origens)	RS	257.839,98
Depósitos Judiciais (aplicações)	-RS	177.623,26
Estoques (aplicações)	-RS	403.172,59
Adiantamentos concedidos (aplicações)	-RS	67.576,90
Outras contas a realizar (origens)	RS	157.749,02
Aumento/redução nos passivos operacionais		
Fornecedores (aplicações)	-RS	22.262.170,20
Obrigações sociais e fiscais (aplicações)	RS	1.542.247,05
Ajustes nas Provisões (aplicações)	RS	18.808.155,72
Receitas antecipadas (aplicações)	-RS	6.389.460,83
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-R\$	6.618.113,97
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
aquisição de ativo imobilizado (aplicação)	RS	3.171,95
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	R\$	3.171,95
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
ajustes patrimoniais (origens)	RS	12.440,00
ajustes patrimoniais (origens)	RS	6.282.054,30
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	R\$	6.294.494,30
Aumento líquido dos saldos de disponibilidades	-R\$	320.447,72
Disponibilidades no início do exercício	RS	444.494,01
Disponibilidades no fim do exercício	RS	124.046,29
= Variação nas disponibilidades	-R\$	320.447,72

Em: 31/12/2018


Reinaldo Messias da Silva - Superintendente


Denise Baracel Carramaschi - Diretora Administrativa Financeira


Jose Ary Garcia de Lima - Contador - CRC 1SP121339

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(EM R\$)**

Código	Fatos Contábeis	2018
7.01	RECEITAS	R\$ 76.712.378,83
7.01.01	Receita de Repasses	R\$ 63.367.568,46
7.01.02	Outras Receitas	R\$ 1.620.620,00
7.01.03	Receita de Serviços	R\$ 11.558.824,58
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-R\$ 827.186,91
7.01.05	(-) Devolução de Vendas	-R\$ 148.755,06
7.01.07	Reversão de provisões cíveis e trabalhistas	R\$ 1.141.307,76
7.02	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-R\$ 38.166.488,58
7.02.01	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados	-R\$ 35.450.693,80
7.02.02	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-R\$ 2.659.051,14
7.02.03	Perda/recuperação de valores ativos	-R\$ 56.743,64
7.03	VALOR ADICIONADO BRUTO	R\$ 38.545.890,25
7.04	Retenções	-R\$ 189.870,44
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-R\$ 189.870,44
7.05	VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO	R\$ 38.356.019,81
7.06	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	R\$ 537.516,36
7.06.01	Doações recebidas	R\$ 2.676,00
7.06.02	Receitas Financeiras	R\$ 534.840,36
7.07	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	R\$ 38.893.536,17
7.08	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ 38.893.536,17
7.08.01	Pessoal	R\$ 35.118.437,69
7.08.01.01	Remuneração direta dos Servidores	R\$ 27.877.481,53
7.08.01.02	Benefícios	R\$ 321.333,95
7.08.01.03	FGTS, INSS e IPSA	R\$ 6.919.622,21
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 5.354,70
7.08.02.01	Federais	R\$ 3.446,59
7.08.02.02	Estaduais	R\$ 1.050,60
7.08.02.03	Municipais	R\$ 857,51
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	R\$ 2.602.410,11
7.08.03.01	Juros	R\$ 1.189.369,00
7.08.03.03	Locações de bens de terceiros	R\$ 1.413.041,11
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	R\$ 1.167.333,67
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	R\$ 1.167.333,67

Em: 31/12/2018

Reinaldo Messias da Silva - Superintendente

Denise Baradei Carramaschi - Diretora Administrativa Financeira

Jose Ary Garcia de Lima - Contador - CRC 1SP121339



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em Reais

Em conformidade com o artigo 73 do novo Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal 17.071 de 29 de junho de 2.018, na adequação à Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2.016, publicamos as demonstrações financeiras, período findo em 31 de dezembro de 2.018, observando a ORIENTAÇÃO TÉCNICA OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Santo André, SP, 31 de janeiro de 2019

Conselho de Administração

Reinaldo Messias da Silva

Presidente

1.Contexto operacional.

A CRAISA é uma empresa pública municipal criada pela Lei nº 6.639, de 11 de junho de 1.990 e alterada pela Lei 9.603 de 07 de julho de 2.014 e pelo Decreto Municipal nº 17.071 de 29 de junho de 2.018, que redefiniu seus objetivos sociais alterando para a finalidade principal de executar políticas públicas de abastecimento e segurança alimentar no âmbito do Município de Santo André, sem fins econômicos, disciplinando suas atividades por seu Estatuto e entre elas, fornecer a merenda escolar aos alunos da rede pública de ensino, escolas municipais e creches, fornecer as refeições aos servidores públicos municipais e aos pacientes da rede municipal de saúde, fiscalizar o comércio ambulante e as feiras livres, controlar a comercialização e a distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos, atuando na entrepostagem, disponibilizando infraestrutura adequada (galpões, boxes, módulos, áreas, câmaras frias, etc.), para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, flores e pescado, constituindo-se em um serviço de utilidade pública, que está intrinsecamente vinculado ao sistema de abastecimento agroalimentar sob gestão do governo municipal, situada na Avenida dos Estados, 2.195.

A partir das medidas responsáveis de gestão tomadas no último exercício que obtiveram sucesso operacional, econômico e financeiro, aumentando a demanda dos serviços com reconhecimento público e repercussões positivas junto a gestão municipal, a Administração trabalha com cenários superavitários ou lucros futuros que permitem adotar práticas e critérios contábeis que alteram significativamente estas demonstrações financeiras cujos impactos são relatados adiante.

Nesse contexto a Administração vislumbrou na adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária da Lei 13.496 de 24 de outubro de 2.017 a oportunidade de exclusão do CADIN Federal e obtenção da CND – Certidão Negativa de Débitos para recuperar os fluxos de recursos Federais e Estaduais perdidos devido às restrições cadastrais geradas pela inadimplência de



tributos ocorrida nas gestões passadas concomitante prejuízos contábeis causados pelo cancelamento de repasses de cobertura dos custos com as refeições e merendas fornecidas no município.

Tais prejuízos contábeis e fiscais ofereciam créditos sobre a base negativa do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que não foram reconhecidos à época por força de não se visualizar prováveis lucros futuros, bem como o litígio judicial junto a Receita Federal sobre a imunidade tributária da Companhia.

A sentença final, transitada em julgado declarou a Companhia entidade imune.

Mesmo assim, a Receita Federal continuou a cobrança indevida de outros tributos, como INCRA, SEBRAE, SENAC, SESC, PIS, COFINS, CSLL, cujos valores estão dentro do Parcelamento Especial de Regularização Tributária, que previa o aproveitamento dos créditos fiscais das bases negativas.

Dessa forma, na adesão, que se obrigava pelo total, permitia-se o aproveitamento desses crédito na redução das dívidas do INSS que ainda não estavam sob a administração da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, portanto optou-se pelo parcelamento da entrada a fim de obter o zeramento da dívida administrada pela RFB com o aproveitamento de 25% dos créditos fiscais incidentes sobre os prejuízos contabilizados até 31/12/2015 no valor de R\$ 46.851.528,50 nos montantes de 15% e 9% equivalentes respectivamente à R\$ R\$ 7.027.729,28 e R\$ 4.216.637,57, porém limitados a 25% desses valores à razão do valor da dívida do INSS em R\$ 1.368.971,50, levado diretamente ao Patrimônio Líquido.

Obedecendo a NBC TG 05 (R3) – DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS, esclarece-se que os valores a receber da Prefeitura Municipal de Santo André e do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA, em montante de R\$ 25.761.089,72 estão sendo objeto de negociação e estudo de ação judicial para reconhecimento e acordo da dívida com a Prefeitura Municipal e por isso reclassificados para o Ativo não Circulante, realizável à longo prazo com alta probabilidade de recebimento por precatório.

Procedimento similar foi adotado junto aos fornecedores cujas negociações continuam em andamento, tanto administrativamente como judicialmente onde a Administração já obteve relevantes descontos com acordos para pagamentos parcelados, com a grande maioria desses parceiros mantendo os fornecimentos de gêneros alimentícios estocáveis e perecíveis utilizados na produção das merendas e refeições. Todavia, em vista das ações judiciais, os valores devidos aos fornecedores foram transferidos para o exigível a longo prazo no passivo não circulante, bem como foram provisionados os encargos adicionais como juros e correção, além dos honorários de sucumbência, de acordo com as estimativas de perdas realizadas pela Diretoria Jurídica.

2. Políticas contábeis

Neste exercício de 2.018 a Administração determinou ao serviço contábil providências de regularização dos apontamentos feitos pela Auditoria Externa e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com a implantação do sistema de apuração de custos integrado à contabilidade geral e ao sistema de controles internos visando apurar com mais acurácia os reais custos dos serviços públicos prestados a sociedade bem como, apurar o resultado econômico das operações para a melhor prestação de contas e transparência.



Nesse sentido iniciou-se a adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.11 – SICSP- Sistema Integrado de Custos do Setor Público, conjuntamente ao Pronunciamento Contábil CPC 22 – Informações por Segmento, em vista da diversidade de serviços públicos prestados à comunidade.

Tais procedimentos ainda em curso exigiram revisão de critérios e práticas mais analíticas de classificação e registro dos eventos econômicos incidentes sobre o patrimônio da CRAISA, presente o objetivo institucional de fornecer informações adequadas, tempestivas e fiéis aos tomadores de decisão internos e externos.

Com a exclusão dos fins econômicos de seus objetivos sociais determinado pela Gestão Municipal no novo Estatuto Social, mas sendo a Companhia uma empresa pública constituída por ações, submeteu-se tanto a Lei 6.404/76 e suas alterações, quanto a Lei 4.520/64 e recentemente à lei 13.303/18, observando também o item 1.8D da NBC TSP Estrutura Conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Estas informações ainda estão de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com alguns ajustes elencados nestas notas explicativas.

O serviço contábil continua a proceder análises das antigas práticas e critérios contábeis recomendando ajustes de controles e procedimentos aos diversos setores que compõem a estrutura organizacional, para permitir o conhecimento classificado dos gastos e receitas visando a melhor mensuração e evidenciação. Tais análises e implantação das recomendações já em curso devem terminar até o final de 2.019.

A Companhia informa que não adotou integralmente as normas contábeis internacionais pois depende de procedimentos internos cuja previsão de término é em 30/06/2019. Entre esses procedimentos estão o inventário patrimonial com a avaliação de diversos bens cedidos pela Prefeitura Municipal de Santo André pelos critérios do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 10, na adoção inicial do CPC 27, CPC 37 e CPC 43, bem como a realização do teste de recuperabilidade previsto no CPC 02 – Valor Recuperável de Ativos, objeto de apontamento da auditoria externa no exame das demonstrações de 2017. Ressalte-se que a não adoção destes pronunciamentos alterou de forma significativa as políticas e práticas contábeis adotadas e utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objeto dos apontamentos da Auditoria Externa, cujas regularizações foram formalizadas em Planos de Ação com previsão de término em 30/06/2019. Nesses procedimentos a partir da análise e conciliações patrimoniais constatou-se divergência no entendimento do reconhecimento de receitas antecipadas relativas ao recebimento de prestações mensais da concessão do espaço Vila Luzita Junto a COOP – Cooperativa de Consumo, realizada no ano de 2012 que foi compensada no pagamento da outorga na renovação da concessão ocorrida em 2.016 e disso a Companhia efetuou a baixa das receitas antecipadas, ajustando o patrimônio líquido na conta de prejuízos acumulados conforme consta na DMPL – Demonstração de mutações do patrimônio líquido.

3. Disponibilidades

Os valores ociosos são aplicados em fundos de investimento e poupança em curto prazo, com liquidez imediata, respeitando a imposição legal de manter os recursos em bancos públicos.



4. Valores a receber

Envolve principalmente a Prefeitura Municipal de Santo André pelos repasses dos custos com o fornecimento das refeições dos servidores públicos municipais e pacientes da rede municipal de saúde e a alimentação escolar das creches e escolas municipais do ensino infantil. Parte do saldo foi reclassificado para realizável a Longo prazo e estão em negociação. Outros valores se referem as licenças de feirantes e ambulantes e termos de cessão de uso dos espaços públicos destinados ao comércio de produtos hortifrutigranjeiros, pescados e flores. Foram constituídas as estimativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa considerando os valores vencidos até 30/09/2018. No montante de R\$ 860.391,35, os quais estão sendo cobrados administrativamente.

4. Estoques.

São contabilizados pelo preço médio, basicamente gêneros alimentícios destinados a produção de refeições e merendas consumidos diariamente, sem manutenção de produtos acabados.

5. Realizável a Longo prazo

Valores relativos ao fornecimento de refeições e merendas de anos anteriores em negociação junto a Prefeitura Municipal de Santo André.

6. Depósitos Judiciais

São valores em garantia de processos judiciais cíveis e trabalhistas que provavelmente serão utilizados na amortização das provisões judiciais.

7. Ativo Imobilizado

A Companhia está procedendo a verificação dos itens que compõem sua infraestrutura de produção e atendimento dos servidores e alunos, localizados em 126 pontos dentro do município, com aproximadamente 3.500 bens, em sua maioria totalmente depreciados, porém ainda em uso. Serão estimadas a vida útil restante, novas taxas de depreciação e o reconhecimento dos valores no patrimônio.

8. Fornecedores

Foram reclassificados os saldos vencidos objeto de negociações e parcelamentos, bem como as dívidas objeto de cobranças jurídicas acrescidas dos encargos previstos pela Diretoria Jurídica. A maioria dos fornecedores mantém a parceria de vendas dos gêneros alimentícios e os valores mais antigos estão sendo pagos com acompanhamento permanente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo publicado na forma legal a quebra cronológica desses pagamentos obedecendo as prioridades de manutenção dos fornecimentos indispensáveis a produção de merendas e refeições.

9. Dívidas fiscais


Apesar a imunidade tributária reconhecida pela Justiça, com trânsito transitado em julgado, sem possibilidade de recursos, a Receita federal continuou a cobrança inscrevendo a Companhia no CADIN



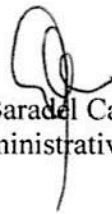
e impedindo assim o repasse de valores por convênios estaduais e federais de verbas destinadas a produção de merendas escolares. Nesse cenário a Administração buscou através do PERT, regularizar a situação e obter a CND que propiciaria o retorno das verbas suspensas, melhorando a situação econômica e financeira. Todavia por questões burocráticas internas da Receita Federal não houve sucesso e estão sendo estudadas medidas judiciais.

10. Provisões Judiciais.


A companhia tem atualmente 118 litígios trabalhistas, 36 processos cíveis e 14 tributários. A Diretoria Jurídica examina essas ações e estima as probabilidades de perdas. Os valores atuais provisionados retratam esses possíveis sacrifícios futuros, incluindo verbas de sucumbência. O serviço contábil reclassificou as provisões que estavam no curto prazo para longo prazo, em vista da incerteza dos prazos de liquidação.



Reinaldo Messias da Silva
Superintendente



Denise Baradel Carramaschi
Diretora Administrativa e Financeira



Jose Ary Garcia de Lima
Contador
CRC 1SP121339.

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ

BALANÇO PATRIMONIAL - DEZEMBRO 2018

(EM R\$)

ATIVO				PASSIVO			
		31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	R\$	3.808.577,59	R\$ 29.751.746,97	CIRCULANTE	R\$ 26.038.512,47	R\$ 69.937.711,68	
Disponível	RS	124.046,29	RS 444.494,01	Fornecedores	RS 18.916.861,41	RS 51.124.366,37	
Repasses Municipais a Receber	RS	414.795,47	RS 26.092.677,62	Obrigações Sociais e Trabalhistas	RS 2.651.626,60	RS 5.273,75	
Reembolsos	RS	148.609,53	RS 174.806,96	Encargos sociais	RS 1.419.957,30	RS 707.575,09	
Outros			RS 124.923,30	Obrigações fiscais	RS 1.440.594,28	RS 1.381.424,40	
Outros			RS 109,49	Outras contas a pagar	RS 204.357,85	RS 146.359,63	
Adiantamentos a Funcionários	RS	676.360,92	RS 608.784,02	Provisões		RS 14.574.122,00	
Impostos a Recuperar	RS	15.090,25	RS 13.955,03	Receitas antecipadas	RS 630.441,43	RS 1.718.138,30	
Estoques	RS	996.813,99	RS 593.641,40	Dívidas de acordos	RS 773.063,18	RS 280.452,14	
Permissionários mercado a receber	RS	791.732,57	RS 884.010,29	Outros créditos	RS 1.610,42		
Permissionários Sacolões a Receber	RS	404.800,89	RS 314.789,98	NÃO CIRCULANTE	R\$ 60.941.788,98	R\$ 25.343.818,03	
Feirantes	RS	95.338,83	RS 220.641,30	Fornecedores	RS 9.945.334,76	RS -	
Ambulantes	RS	135.802,17	RS 266.072,87	Parcelamentos	RS 17.614.176,50	RS 20.042.054,07	
Despesas Pagas Antecipadamente	RS	5.186,68	RS 12.840,70	Receitas antecipadas		RS 5.301.763,96	
NÃO CIRCULANTE	R\$	31.059.161,23	R\$ 5.955.392,14	Provisões	RS 33.382.277,72	RS -	
Realizável a Longo Prazo	RS	26.166.851,40	RS 227.919,44	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 52.112.562,63	-R\$ 59.574.390,60	
Repasses Municipais a Receber	RS	25.761.308,70	RS -	Capital Social Realizado	RS 6.026.800,00	RS 6.026.800,00	
Depósitos Judiciais	RS	405.542,70	RS 227.919,44	Reservas de Capital	RS 78,90	RS 78,90	
Imobilizado	R\$	4.887.251,34	R\$ 5.724.380,94	Prejuízos acumulados	-RS 58.151.881,53	-RS 65.601.269,50	
Equipamentos e Instalações	RS	17.232.706,76	RS 17.496.629,22	Ajuste de avaliação patrimonial	RS 12.440,00	RS -	
Depreciação Acumulada	-RS	12.345.455,42	-RS 11.772.248,28			RS -	
Intangível	R\$	5.058,49	R\$ 3.091,76			RS -	
Softwares	RS	263.932,30	RS 3.500,00			RS -	
Amortização acumulada	-RS	258.873,81	-RS 408,24			RS -	
TOTAL DO ATIVO	R\$	34.867.738,82	R\$ 35.707.139,11	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 34.867.738,82	R\$ 35.707.139,11	

Em: 31/12/2018

Reinaldo Messias da Silva
Superintendente

Denise Baradel Carramaschi
Diretora Administrativa e Financeira

Jose Ary Garcia de Lima
Contador - CRC ISP121339

COMPANHIA REGIONAL DE ABASTECIMENTO INTEGRADO DE SANTO ANDRÉ					
C.N.P.J. 59.983.320/0001-51					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018					
ELEMENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADO ABRANGENTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 6.026.800,00	R\$ 78,90	-R\$ 65.601.269,50	R\$ -	-R\$ 59.574.390,60
(+/-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					R\$ -
Ajuste do ativo fiscal diferido PERT INSS			R\$ 1.368.971,50		R\$ 1.368.971,50
Reversão de Receitas antecipadas			R\$ 4.892.233,92		R\$ 4.892.233,92
Resultado líquido do exercício			R\$ 1.167.333,67		R\$ 1.167.333,67
Ajustes de exercícios anteriores			R\$ 20.848,88		R\$ 20.848,88
Ajustes de avaliação patrimonial				R\$ 12.440,00	R\$ 12.440,00
SALDOS FINAIS	R\$ 6.026.800,00	R\$ 78,90	-R\$ 58.151.881,53	R\$ 12.440,00	-R\$ 52.112.562,63

Em: 31/12/2018

Reinaldo Messias da Silva
Superintendente

Denise Baradel Carramaschi
Diretora Administrativa e Financeira

Jose Ary Garcia de Lima
Contador - CRC 1SP121339